

Discurso proferido pelo Deputado
GERALDO RESENDE (PPS/MS),
em sessão no dia 01 / 08 /2006.

A REFORMA POLÍTICA COMO FORMA DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Vejam a angústia, o tormento que essa eleição tem trazido aos eleitores brasileiros: no momento mais importante de exercício de cidadania, de exercício de um direito pelo qual nossa nação tanto lutou, a população é obrigada a dividir sua atenção entre propostas, debates e tendências políticas, com notícias diárias dando conta de atitudes réprobos praticadas por políticos das três esferas de

poder, levando o eleitor a um nível de desconfiança, e pior, de desesperança, nunca antes visto, mas de todo justo.

Entendemos que somente uma ampla, corajosa e plausível reforma política, poderá inibir no futuro, a prodigiosa indústria de escândalos e corrupção que se instalou no Brasil, que já produziu clássicos da degeneração política como o mensalão e os sanguessugas.

Uma primordial discussão que deve estar na pauta de reformas, é a natureza do Orçamento Público Federal que deve deixar de ser uma mera peça de ficção para se tornar um norma impositiva e eficaz, de forma que deixe de ser uma arma política nas mãos de quem tem a “chave do cofre” e que por isso manipula politicamente ou melhor, eleitoralmente, com conquistas bastante caras para milhões de pessoas que se beneficiam de emendas individuais que antes de ser um espectro, é, em verdade, o reflexo das aspirações de comunidades ou organizações sociais com as quais os deputados federais entram em

contato em seu dia-a-dia, fazendo com que conheçamos realidades que muitas vezes não alcançam o Poder Executivo Federal.

A falta de sensibilidade do Executivo Federal, os faz negociar emendas da forma mais espúria possível, condicionando, por exemplo, equipamentos e materiais de saúde, obras e reformas em entidades como Apaes, Pestalozzi's e Santas Casas, que tanta falta farão à manutenção da vida das pessoas.

Essa verdade inconteste foi revelada há mais de dez anos atrás, quando do desbaratamento o esquema dos anões do orçamento. Desde então houve a compreensão quanto a necessidade de mudança no formato do Orçamento Federal no que diz respeito às emendas, sem contudo ter sido tomada uma atitude contundente para a solução de uma das principais fontes de corrupção em nosso ordenamento jurídico.

A idéia que recrudescer agora com a atual seqüência de escândalos, é a de que as emendas individuais tenham o objetivo de reforçar programas sociais e demais políticas públicas da União nos Estados, como por exemplo, o Programa de Saúde da Família, os chamados PSF's.

É claro que essa inovação depende de uma outra via, qual seja, a destinação de recursos diretamente para Governos Estaduais e municipalidades, sob o signo do orçamento impositivo,

Assim, se de um lado acabaríamos com as emendas improdutivas, e de outro com a mercantilização das mesmas,

Um nítido exemplo das distorções que o atual sistema, com mais de trinta anos, propicia, são as emendas que alimentam os sanguessugas, pois se tratam de compras de ambulâncias carentes de planejamento, como são o plano diretor de regionalização PDR e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, preconizados pelo Sistema

Único de Saúde – SUS, muitas vezes repudiados por serem sistemas de atenção que se contrapõem à ambulancioterapia inócua e demagoga.

Começamos essa fala tratando da reforma política e assim vamos terminar, propugnando ao final, também pela alteração na forma de financiamento das campanhas, que se tornaria público e portanto menos hipócrita; clamando pelo voto distrital e a fidelidade partidária, entre outras ações, como forma de combater a corrupção.

Gratos pela atenção.

GERALDO RESENDE
Deputado Federal - PPS/MS